

SOBRE O SUL DE MATO GROSSO NO SÉCULO XX: A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (1943 A 1970)

ABOUT THE SOUTH OF MATO GROSSO DO SUL IN THE TWENTIETH CENTURY: COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (1943 TO 1970)

José Antonio Fernandes¹

RESUMO: Através de bibliografia, fontes primárias e depoimentos orais, tratamos nesse texto sobre história da migração para o sul do antigo estado de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), mais especificamente para a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Buscamos assim entender uma parte importante da história do atual estado de Mato Grosso do Sul no século XX, através de sua ocupação não indígena, no âmbito da Marcha para Oeste, inaugurada durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. O objetivo é promover uma familiarização com o que se passou na região, tratando sobre os tipos e formas de produção tentados no projeto de colonização, que incluíram a produção de erva-mate, produto remanescente de momentos anteriores da história da Colônia, abordando ainda outros temas ligados às relações humanas, procurando incluir na medida do possível, o impacto que a presença não indígena provocou no desenvolvimento social, econômico, político e cultural.

Palavras-chave: Marcha para Oeste, Colônia Agrícola Nacional de Dourados, Estado Novo

ABSTRACT: Through of bibliography, primary sources and oral testimony, we treat this text on migration history to the south of the ancient state of Mato Grosso (now Mato Grosso do Sul), specifically for the Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). So we seek to understand an important part of the history of the current state of Mato Grosso do Sul in the twentieth century, through its non-indigenous occupation within the Marcha para Oeste, which opened during the Estado Novo of Getúlio Vargas. The goal is to promote a familiarity with what happened in the region, treating about the types and forms of production tried in colonization project, which included the production of Paraguayan Tea, product remaining from previous moments in the history of Cologne, addressing other still issues related to human relations, seeking to include as far as possible, the impact of non-indigenous presence caused in the social, economic, political and cultural.

Keywords: Marcha para Oeste, Colônia Agrícola Nacional de Dourados, Estado Novo

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e atualmente professor da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

Os migrantes da região antes da década de 1930

A região sul do antigo Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) desde o fim do século XIX viu um aumento importante no fluxo de migrantes, sobretudo gaúchos. Claro que esta migração está abaixo da que ocorreria durante o governo de Getúlio Vargas e posteriores, mas já começava a mudar o cenário regional. Um desses gaúchos Thomaz Laranjeira, vindo como provedor de suprimentos para a “Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai”, do pós-Guerra do Paraguai, obteve, em fins de 1882, uma concessão de exploração, no sistema de arrendamento, de uma extensa área de terras devolutas situadas na faixa de fronteira com aquela República, isto é, a região onde mais tarde surgiria a povoação de Ponta Porã, onde extrairia erva-mate (CORRÊA FILHO, 1925, p. 14-16).

Diversos dos demais migrantes desse período ocuparam áreas de produção de erva-mate, sendo que alguns deles disputariam território com a Companhia Mate Laranjeira (sucessora da empresa individual de Thomaz Laranjeira), empresa que teve o virtual monopólio da produção ervateira no estado nas primeiras décadas do século XX. É nesse sentido que o historiador Paulo Queiroz nos diz que foi significativo o fluxo migratório para o sul do estado logo após a Guerra do Paraguai (QUEIROZ, , 2008, p. 44),

vindos das províncias vizinhas (Minas Gerais, São Paulo, Paraná) e também do Rio Grande do Sul (sendo que essa migração de gaúchos, como se sabe, teria um notável incremento na década de 1890, em decorrência da Revolução Federalista). Tais migrantes dedicavam-se, como seus antecessores, à agricultura de subsistência e à pecuária bovina, sendo que, na região ervateira, não se furtavam também à elaboração de erva-mate, tanto para consumo próprio como para comércio (Idem, p. 44).

Para além da disputa de espaço e controle da produção ervateira, a história de alguns desses migrantes acabou mesmo se mesclando com a da Companhia Mate Laranjeira. É o que conta, por exemplo, o senhor Ricardo Dauzacker a respeito de um dos tios de sua avó, Modesto Dauzacker, que foi administrador da Fazenda Campanário, sede da Companhia a partir da década de 1930, e um dos primeiros prefeitos de Ponta Porã². Aliás, sendo o assunto migração para o sul de Mato Grosso e em alguns casos a produção de erva-mate, um exemplo importante é o da família Dauzacker. O senhor Astúrio Dauzacker, primo de Ricardo, disse que em 1905 teria vindo do Rio Grande do Sul seu avô, Constâncio Luiz da

² Entrevistado na Vila São Pedro, município de Dourados, MS, em junho de 2008.

Silva, ao Guaçu, no atual município de Dourados³. Além disso, o senhor Ricardo e seu irmão Clóvis, são filhos do senhor Ramão Marques Dauszacker, nascido em Dourados em 1914, um importante produtor (daqueles que chamamos de “colonos ervateiros”⁴) no período posterior da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que também era comprador e vendedor de erva-mate.

Além da erva-mate, uma parte importante dos numerosos migrantes que vieram para o sul de Mato Grosso até a década de 1930 se dedicou também à criação de gado e construiu um “universo paralelo” à Companhia Mate, muitos deles, assim como ela, vinculados ao mercado platino, igualmente usuários do rio Paraguai.

As políticas de colonização do Estado Novo e a CAND

Como vimos, desde o fim do século XIX, o extremo sul de Mato Grosso constituía uma extensa região dominada economicamente, sobretudo por uma empresa, a Companhia Mate Laranjeira, habitada por inúmeros povos indígenas, além de contar desde o século XIX com um considerável número de posseiros, especialmente gaúchos.

Segundo Benícia Couto de Oliveira, foi nesse contexto que o governo Vargas decidiu interferir na região, através de iniciativas colonizadoras, “voltadas para a ocupação e o desbravamento dos espaços, que, até então, haviam sido ocupados por empresas extrativas, como, por exemplo, a Mate, pelas empresas de atividade pecuária, pelos indígenas, pela ação militar, entre outros” (OLIVEIRA, 1999, p. 128). Essas iniciativas colonizadoras do Estado Novo, inseridas no projeto da “Marcha para Oeste”, deram origem à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada pelo Decreto 5.941, de 28 de outubro de 1943, no então Território Federal de Ponta Porã (veremos mais sobre ele depois). Além da CAND, criaram também outras Colônias Nacionais (CANs), espalhadas por estados estratégicos.

Em resumo, esse movimento de colonização na Era Vargas vinculava-se ao projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo para ocupar os espaços geográficos pretensamente “despovoados” e “semipovoados” com terras férteis em abundância; dando oportunidade aos “trabalhadores sem terra que sonhavam em ocupar um pedaço de chão, desempregados nas cidades e vítimas da seca do Nordeste” (Idem, p. 134). Mas, nem só de “ociosos” se compunham as levas migratórias da região sul de Mato Grosso, havendo diversas

³ Entrevistado em Dourados, MS, em junho de 2008.

⁴ Colonos que procuraram aprender as técnicas de exploração com os ervateiros remanescentes, elaborando eles mesmos ou com pouca ajuda de outras pessoas.

peças que tinham posses no Nordeste, ou mesmo em outros estados, e que vieram juntamente também com mineiros, paulistas e japoneses e fizeram com que se elevasse, em duas décadas, a população da região de Dourados de 13.164 habitantes para 68.487, desde a criação da CAND (Id., Ibid).

O lugar escolhido para ser a sede da Colônia Nacional de Dourados era conhecido como “Boca da Picada”, onde hoje em Dourados é o “Monumento ao Colono” (preconceituosamente chamado de “Mão do Braz”), considerado o marco zero da CAND, “local por onde passava a entrada principal de acesso da mesma” (MAZZINI; XAVIER, 1993, p. 11-12). Em frente à sede ficava a cooperativa da Colônia, de onde, por estrada, se rumava para a Serraria, “respectivamente as atuais Vila São Pedro e Indápolis” (Id., Ibid.)⁵.

Ao longo dos anos, a Administração da CAND prestou alguns serviços aos seus colonos: dispôs de um consultório onde fornecia atendimento médico, embora parcamente, como afirmou a historiadora Suzana Naglis (*cf.* NAGLIS, 2007); manteve algumas escolas, com um número considerável de alunos, inclusive com aulas noturnas; forneceu sementes e adubos, pelo menos até meados da década de 1950; contou com um serviço de segurança, que em 1955 era composto por pelo menos 44 pessoas, encontrando-se em seu quadro o senhor Ramão Dauzacker – um senhor que já mencionei anteriormente.

Deve haver uma pausa aqui para que se diga que ocorreram modificações no alcance desses serviços mencionados com o passar dos anos da colonização da CAND. Isso aconteceu, conforme pudemos observar nos documentos da Colônia, entre outras coisas, porque aumentou incrivelmente o número de pessoas que procuravam lotes nas décadas seguintes a sua criação, o que não foi acompanhado de um crescimento equivalente das verbas destinadas à mesma.

Outra coisa é que, ao contrário do planejado, a implantação e “efetivação” da CAND demorou mais do que esperavam as autoridades. Para termos uma noção, após sua criação em 1943 e efetiva implantação a partir de 1944, apenas em 1945 começam a aparecer os primeiros resultados dos loteamentos. Prova disso encontramos em um ofício sem ano (provavelmente de 1945), enviado pelo Administrador Jorge Aguirre ao Major Severo Coelho de Souza, Chefe do Estabelecimento de Subsistência Militar da 9ª Região Militar, em Campo Grande, onde consta que os “trabalhos de fundação [da Colônia] tiveram início no segundo semestre de 1944”, dizendo ainda que seria este um ano “insuficiente para exportação” e que

⁵ Sobre isso, sabe-se que onde hoje se encontra Indápolis era a serraria da Colônia, ainda lembrada por ex-colonos como “Serraria”.

às cooperativas dos colonos “a serem organizadas” na Colônia “cabará negociar a produção dos mesmos”^{6 7}.

Ainda como amostra dessa demora, temos que no ano de 1945 houve 74 requerimentos de lotes e apenas 32 entregas. Esse número começa a aumentar nos anos seguintes, quando constam 575 lotes requeridos e 125 entregues em 1946, recuando a 240 requeridos e 289 entregues em 1947⁸. Com uma soma simples dos três anos mencionados temos: 889 lotes requeridos e 446 entregues, ou seja, pouquíssimo mais que a metade. O número total de casas construídas por ou com ajuda da Administração, até 1947, era de apenas 139, se bem que apenas 17 construídas com recursos exclusivos da Administração, sendo o restante com “alguma ajuda” da mesma. Para 1948 apenas 120 lotes estavam “prontos” para entrega^{9 10}.

Vale dizer que, segundo a Lei Estadual 87, de 20 de julho de 1948, os trabalhos de divisão, medição e demarcação ficaram sob a responsabilidade da Divisão de Terras e Colonização (DTC), do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura (principal órgão de controle da CAND), com a assistência de um técnico designado pelo governo do estado, com prazo estabelecido de 2 anos, o que como se viu não ter sido exatamente o caso.

Segundo a historiadora Suzana Naglis, “devido à morosidade da entrega de lotes e mesmo à falta de rigor da Administração da CAND, foi comum o fato de colonos viverem em terras da Colônia sem terem um lote demarcado oficialmente”, sendo que “a maioria das famílias chegava primeiramente na sede da Cooperativa da Colônia, atual Vila São Pedro, onde se fazia o pedido formal do lote à Administração” (NAGLIS, 2007, p. 60).

Na administração de Jorge Coutinho Aguirre, sobretudo, morar de “modo provisório” teria certo respaldo legal. Naglis nos apresenta uma correspondência de 1952, onde o mesmo Jorge Aguirre fez uma recomendação a uma família interessada em conseguir lotes para que procurasse as outras colônias federais existentes (como a de Goiás, por exemplo, que era a mais próxima): “A CAN de Dourados, no momento, não está em

⁶ *Ofício 3*, do Administrador da CAND ao Chefe do Estabelecimento de Subsistência Militar da 9ª Região Militar, em Campo Grande, sem data).

⁷ A maioria dos documentos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados citados nesta dissertação estão disponíveis no Acervo “CAND” do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS), Campo Grande, MS.

⁸ Neste mesmo ano o número maior de lotes entregues é devido aos requerimentos dos anos anteriores.

⁹ Acreditamos que “pronto” quisesse dizer “demarcado”.

¹⁰ *Ofício s/n* “Demonstrativo”, da Administração da CAND ao Chefe da Seção de Colonização do DTC, jan/1947.

condições de receber colonos. No modelo em anexo encontraremos o endereço das Colônias que atualmente podem receber candidatos a lotes”¹¹.

Preocupado com o aumento demográfico da CAND, outro administrador, Clodomiro de Albuquerque, enviou um ofício ao diretor do Departamento de Terras e Colonização (DTC), em 11 de dezembro de 1953 (dez anos depois da criação da Colônia), cujo assunto era o “aumento de verba”, fazendo uma lista de gastos à que era destinada a dotação devida à CAND de Cr\$ 6.000.000,00. Segundo esse Administrador, a verba era pouca frente à demanda de auxílios e serviços solicitados pelos colonos e a infraestrutura da Colônia, tendo em vista “as cifras dos seus saldos que mínguem e desaparecem muito antes dos fins de ano”. Ele reclamava ainda: da existência de um hospital maltratado, “onde se acotovelam 80 a 100 doentes diariamente”; dos preços para manutenção de 250 quilômetros de estradas, sendo “precisos mais 500 quilômetros”; do sistema educacional, que contava com “25 professores que ensinam em escolas quase que medievais a 1.405 alunos”, dizendo ser necessário, pelo menos, mais 50 professores para atender as cerca de 5.000 crianças em idade escolar; por fim, reclamava dos equipamentos, pequenos acessórios e de peças necessárias para “tratores que permanecem encalhados na oficina” à espera de suprimentos para que possam funcionar, além de pregos, dobradiças, rolos de arame, que “são fornecidos aos colonos, depois de consultado o parco estoque”¹².

No mesmo ofício, Clodomiro de Albuquerque dizia também que a área loteada da CAND, até dezembro de 1953, era de 66 mil hectares, abrangendo 2.200 lotes, com uma população de 14.000 almas, sem contar os agregados, e cerca de 20.000 imigrantes instalados irregularmente, com 250 quilômetros de estradas¹³.

Em relação às ações dos Administradores dos primeiros anos, consta da documentação da CAND um “Plano de Trabalhos a serem executados na Colônia Agrícola Nacional ‘Dourados’ no exercício 1948”, feito para o mandato de Jorge Coutinho Aguirre. Entre as metas constavam: estudo e construção de estradas, além de ampliações nas já existentes, a fim de facilitar o escoamento da produção dos colonos; demarcação de 500 lotes urbanos de 30 hectares, com preço médio de Cr\$ 600,00 por unidade; levantamento perimétrico da Colônia pelo processo fotogramétrico; construção de 3 bueiros no rio Brillhante

¹¹ Correspondência de Jorge Coutinho Aguirre, Administrador da CAND, a Miguel Antonio Gomes, 20/jun/1952. Citada em NAGLIS, 2007, p. 62.

¹² *Ofício 352*, do Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, ao diretor do Departamento de Terras e Colonização (DTC), 11/dez/1953.

¹³ *Idem*.

e outros estudos para construção de bueiros em pontilhões; plantio de 100 pés de café pelo regime de sombreamento natural em lotes e no caso experimental; plantio de 100 ha de trigo em terras de campo¹⁴.

Uma lista encontrada no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS), sem data, mas também da Administração de Jorge Coutinho Aguirre, descreve novas construções, tais como: galpões para serraria, carpintaria, oficina mecânica e para guardar máquinas; edifício de alvenaria para o Almoarifado da cidade; escola provisória e fixa; escritório; farmácia; consultórios médico, de dentista e enfermagem de emergência; armazém de gêneros alimentícios; paiol e depósito de milho; olaria e secadora; residências para trabalhadores e funcionários; residência de táboa e cavaco, táboa e telhas, ranchos de sapé e barro, casas de taipa¹⁵.

As ideologias do Estado Novo e fatos motivadores da CAND

As novas políticas do governo federal, incluindo a CAND, constituíram, em seu conjunto, a chamada “Marcha para Oeste”, lançada por Getúlio Vargas já em 1938, no início do Estado Novo. Nesse âmbito, destacou-se o que os ideólogos da mesma consideraram um esforço de “nacionalização” das extensas fronteiras brasileiras e, neste caso das sul-mato-grossenses, especialmente com o Paraguai, entendendo-a como a política de ocupação dos espaços considerados, embora erroneamente, “vazios” (cf. LENHARO, 1986). Sobre isso, as preocupações dos dirigentes brasileiros ligavam-se à “grande presença, no seio da economia ervateira, de cidadãos paraguaios e seus descendentes – de tal modo que, nessa região [sul de Mato Grosso], era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani” (QUEIROZ *in* LAMOSO, 2008, p. 58).

Embora se insira num contexto de preocupações, sobretudo, políticas do Governo Federal, o movimento de migração propagado pela “Marcha para Oeste” tem também uma importante dimensão econômica, pois faz parte do fenômeno conhecido como “frentes pioneiras”, o qual, segundo o sociólogo José de Souza Martins, “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, situação que se diferencia essencialmente das chamadas “frentes de expansão”, que dentre outras características possuem a de ser um movimento onde se evidencia primordialmente a

¹⁴ *Plano de Trabalhos a serem executados na Colônia Agrícola Nacional “Dourados” no exercício 1948*, feito pela Administração da CAND no mandato de Jorge Coutinho Aguirre.

¹⁵ *Plano de Trabalho*, s.d., feito pela Administração no mandato de Jorge Coutinho Aguirre.

expansão territorial, não carregando necessariamente consigo os elementos produtivos, no sentido capitalista (MARTINS, 1975, p. 43-45).

No caso, essas “frentes pioneiras” estão diretamente relacionadas ao rápido desenvolvimento industrial que então se verificava na região Sudeste do Brasil, com destaque para a cidade de São Paulo: ao induzir a urbanização, essa industrialização provocou um aumento da demanda por alimentos e, por consequência, estimulou a expansão da agricultura comercial; esta, por sua vez, ampliou a renda disponível no meio rural, ampliando, portanto, o mercado consumidor de produtos industrializados – fechando-se, assim, um “círculo virtuoso”.

Desse modo, os estímulos do polo industrial do Sudeste, sob a forma da demanda por gêneros alimentícios e matérias-primas agrícolas, se fizeram sentir sobre uma vasta área em torno das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro – abrangendo inclusive a parte sul do antigo Mato Grosso (QUEIROZ *in* LAMOSO, 2008, p. 57-60). Assim sendo, esse “círculo virtuoso” mostra ainda a complexidade da ação humana na fronteira, que não exclui o tempo da “frente de expansão”, com as formas de trabalho que nela predominavam – pautadas pelos regimes de servidão e escravidão por dívida, podendo por essa época a “fronteira” ser imaginada, como sugere José de Souza Martins, inserida na “acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital” (MARTINS, 2009, p. 78).

Além da CAND, que vimos falando, surgiram em Mato Grosso, ao longo dos anos 1940, 1950 e início dos 1960, várias outras colônias agrícolas, por iniciativa do Estado, de municípios ou particulares, continuando, portanto, a vinda de migrantes paulistas e nordestinos (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 95, 97), além de outros originários de diversas partes do Brasil e do mundo, como, por exemplo, as colônias japonesas “Matsubara” e “Kyoei”, surgidas na década de 1950 no interior da CAND (INAGAKI, 2002, p. 102 e 112). Segundo a historiadora Suzana Naglis, parafraseando a geógrafa Lisandra Lamoso (*cf.* LAMOSO, 1994), a colonização particular teria superado a oficial, sendo que “[...] no período compreendido entre 1943 e 1964 foram efetivamente implantadas em Mato Grosso, trinta e duas colônias agrícolas, sendo treze oficiais e dezessete promovidas por Companhias particulares” (LAMOSO, 1994, *apud* NAGLIS, 2007, p. 32).

Segundo consta na “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, feita pelo IBGE em 1958 falando sobre a região e sua relação com a CAND:

Com a criação [...] da Colônia Agrícola de Dourados, e a conseqüente melhoria dos meios de transporte com a construção – ainda que precária – de

estradas de rodagem, deu-se a “corrida” de imigrantes, fenômeno que viria a alterar profundamente a fisionomia daquele aglomerado humano (IBGE, 1958, p. 185).

Nesse sentido, fazendo uma análise sobre a colonização do Oeste brasileiro no século XX, a historiadora Isabel Guillen (1991), por sua vez, vai mostrar como era feito uso de ideologias que a ligavam aos “bandeirantes” de outros tempos e à nova forma de exploração do território nacional. Diz ela que, do ponto de vista desses ideólogos do Estado Novo, a “Marcha para Oeste” “é entendida como uma empreitada delineada pelos bandeirantes e que tem seus seguidores, [...] deslocando a ação para um tempo linear e progressivo” (GUILLEN, 1991, p. 29).

Usando o imaginário em seus estudos, Guillen vai dizer que essa questão dos que “marcham para o Oeste” é mais nitidamente posta durante o Estado Novo e o governo de Getúlio Vargas (Id. Ibid.), ficando claro que se pretende evocar o “bandeirante” como um mito de progresso e expansão do território; como uma entidade “do bem”, que deve ser seguida.

Também apontando o caráter mítico atribuído à migração, Suzana Naglis fala sobre o uso da propaganda, especialmente através do rádio, que ia ao encontro da situação de pobreza dos colonos, principalmente os que migraram do Nordeste brasileiro, calcando-se “na expectativa de uma vida melhor”. Apresenta esta autora ainda outra possibilidade: a propaganda “boca a boca”, por parentes e amigos que já haviam migrado (NAGLIS, 2007, p. 51-52). Para fiar essa afirmativa, ela transcreve um trecho de Joe Foweraker, onde este mostra que “em geral, continua sendo verdadeiro que nenhuma iniciativa política do Estado tem sido necessária para encorajar a maioria dos migrantes a mudar-se e estabelecer-se nas fronteiras” (FOWERAKER, 1982, *apud* NAGLIS, 2007, p. 52).

Assim, a mesma pesquisadora continua se perguntando sobre o que mais teria motivado a migração, desta vez do lado dos colonos, sugerindo possíveis respostas, que se somam ou confirmam as que já foram apresentadas anteriormente: a falta de terras causada pela formação de latifúndios; a má condição de vida; ausência de trabalho; a diminuição da eficácia do solo; além dos desastres naturais, especialmente as constantes secas nordestinas (Idem, p. 52). Assim, quando os colonos recebiam notícia das terras, “[...] ‘terra comum’, da ‘terra livre’ ou da ‘terra da nação’ que podem tomar para si mesmos, avançam na esperança de conseguirem terra” (FOWERAKER, 1982, *apud* NAGLIS, 2007, p. 50).

Voltando a falar especificamente sobre a implantação da CAND, com base em alguns documentos da mesma, como um abaixo assinado de 1941, que contou 52 assinaturas de pessoas das mais diversas ocupações (que incluíam médicos, militares e barbeiros, entre outros), e uma comissão que teria visitado o presidente Getúlio Vargas quando de sua visita à Dourados, “é possível afirmar que surgiu uma mobilização dos munícipes de Dourados e região a favor da criação da CAND, o que é uma evidência de que Getúlio Vargas não foi o único responsável por sua criação”, tendo em vista que “o processo de instalação da CAND também atendeu aos interesses das elites locais, que a viam como início de progresso para a região” (Idem, p. 36).

Por isso, entendo que não devemos menosprezar as ações regionais, que faziam parte de um movimento maior, que já incluía do início do século XX a famosa “Questão do mate”, por parte de alguns políticos do estado de Mato Grosso, que além de buscar resolver o problema do virtual monopólio da produção ervateira da Companhia Mate Laranjeira no estado, desejava também a divisão das imensas faixas de terras arrendadas por ela em lotes menores. Já eram essas ações uma afronta diretamente tanto à empresa Mate Laranjeira quanto às velhas oligarquias regionais a ela ligadas (ARRUDA, 1997, p. 23).

Um exemplo de que, mesmo antes da CAND, já havia ideias oficiais no sentido da divisão dessas terras é o Decreto-lei 616, de 20 de janeiro de 1923, do presidente de Mato Grosso, Pedro Celestino Correa da Costa, onde “ficava reservado, no município de Ponta Porã, entre os rios Brilhante e Panambi, desde a sua confluência, a área de 50.000 ha, demarcada e subdividida em lotes coloniais” (cf. MAZZINI; XAVIER, 1993). No entanto, essa, assim como outras ideias parecidas, foi legada ao esquecimento, por vezes por motivações políticas ou envolvimento com a própria Companhia Mate Laranjeira.

Por esses e outros motivos, a ideia de dividir o grande território dominado pela Companhia não era, por si só, uma novidade do governo Vargas, mas ganhou com ele peso e apoio, sendo inserido na campanha da “Marcha para Oeste”, na forma da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) (NAGLIS, 2007, p. 34).

Embora pareça que devesse ter sido dito antes, a seguir falarei sobre o Território Federal de Ponta Porã.

O Território Federal de Ponta Porã

Em breves palavras, no contexto de criação da CAND, devemos dizer algo sobre o Território Federal de Ponta Porã, criado pelo Decreto-lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, do governo de Getúlio Vargas. Além dele, o governo desmembrou ainda outros cinco territórios estratégicos de fronteira no país para administrá-los diretamente: Amapá, Rio Branco, Guaporé, Iguaçu e o arquipélago de Fernando de Noronha.

O Território Federal de Ponta Porã era formado pelo município de Ponta Porã (onde foi instalada a sua capital) e mais seis outros: Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju. A capital foi transferida para Maracaju em 31 de maio de 1944 (Decreto-lei n.º 6.550), mas voltou à Ponta Porã através de outro decreto de junho de 1946.

Sobre ele temos um fato no mínimo curioso: o estado de Mato Grosso, na época da formação da CAND, se encontrava sob intervenção federal; ainda assim o interventor, Júlio Müller (irmão do Senador Filinto Müller, aliado do presidente Getúlio Vargas), se opôs à cessão das terras que seriam necessárias para a implantação do projeto formulado pelo próprio Vargas, preferindo “criar a Colônia Agrícola de Poxoréu [no Norte de Mato Grosso], que não deu certo” (ARAKAKI, 2003, p. 30). Desse modo, pode-se interpretar essa negativa como o resultado de um possível apoio do governo estadual aos arrendamentos das terras do sul de Mato Grosso à Companhia Mate Laranjeira, sobre a qual já falamos antes, e uma resistência aos movimentos que tentavam pôr em jogo os planos dessa empresa.

Agindo diretamente na região por meio do Território Federal de Ponta Porã, o Governo Federal quebraria os impedimentos para a efetiva instalação da CAND. Daí sua importância no âmbito dos planos de Getúlio Vargas. Segundo a historiadora Suzana Arakaki (Idem), a criação do Território havia proporcionado aos habitantes da região um ambiente de esperança e otimismo que se espalhou por toda a área. Essa autora mostra a “aflição” e “angústia” que viviam essas pessoas pela falta de recursos com que pudessem levar adiante os trabalhos de “desbravamento” da “inóspita” região sul de Mato Grosso, sendo que o motivo principal das dificuldades eram os arrendamentos feitos pelo estado à Companhia Mate Laranjeira (Id., Ibid.).

O lado negativo da questão é que, quando o Território foi extinto em 18 de setembro de 1946, pela Constituição de 1946, e reincorporado ao então estado de Mato Grosso; apesar de ter sido criada a Colônia Nacional de Dourados no papel, na prática os

trabalhos de demarcação haviam avançado pouco, como já vimos, e coube ao agora governo estadual reservar a área para a Colônia.

Legalmente isto ocorreu por meio da Lei 87, sancionada em julho de 1948, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, que estabelecia de modo claro e preciso os limites geográficos da Colônia, visto que o Decreto 5.941 não delimitou a localização da futura Colônia Agrícola em terras pertencentes ao Mato Grosso (NAGLIS, 2007, p. 38).

Sobre isso ainda, outros autores assinalam que a extinção do Território foi recebida pelo povo com “enorme sentimento de pesar” (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 35).

A “Segunda Zona” da CAND

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados, quando iniciou a distribuição dos seus lotes, teve um crescimento populacional incrível, superando as expectativas do governo e saindo mesmo fora do controle de sua Administração. No início da abertura das matas, limpeza e ocupação dos lotes da região hoje conhecida como Grande Dourados, as dificuldades eram imensas, mas no início houve algum tipo de amparo por parte da administração. As propagandas eram abundantes e salientavam as vantagens da migração nordestina e de outras regiões para o oeste brasileiro.

Por outro lado, nem tudo eram flores para os colonos. Se houve um melhor controle sobre a alocação dos colonos num primeiro momento, no que veio a ser conhecido como “Primeira Zona”, na segunda metade da década de 1950 a situação já fugiu do controle, nascendo assim a “Segunda Zona”, do lado direito do rio Dourados, com uma ocupação populacional não-indígena desorganizada e, em grande medida, sem amparo da Administração da Colônia.

Em relação à ocupação da “Segunda Zona”, que muitos chamam de “invasão”, a historiadora Suzana Naglis nos diz que

[...] fiquei surpresa ao perceber que as versões não coincidem, até mesmo quanto aos períodos, e, de quanto seriam os colonos responsáveis por tal feito. É certo que as versões têm em comum o fato de o colono ser o ator principal, que atuou em benefício próprio, contrariando os projetos da Administração (NAGLIS, 2007, p. 67).

O fato também é que se a “Primeira Zona” “compreendia uma área territorial menor de 68.000 hectares, com a chegada em massa dos colonos, as terras cultiváveis a serem demarcadas se tornaram escassas” (Idem, p. 65). Escassez de terras e demora na demarcação dos lotes levaram os colonos a agirem por conta própria. Nesse sentido é que Oliveira (1999) nos diz que “[...] quando a primeira área já havia sido loteada e distribuída [os colonos] foram se acomodando numa área próxima, na espera da terra prometida. Tendo em vista a demora na demarcação, eles tomaram a iniciativa de ir abrindo picadas, demarcando, abrindo roças e iniciando a plantação” (Ibidem, p. 64).

Já em 13 de agosto de 1954, o Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, através do Ofício 734, diz que a “Segunda Zona” representava 73% de toda área da Colônia, que neste momento já estava constituída “em zonas particularmente distintas”, sendo interessante o seu pedido pela emancipação da “Primeira Zona”, a fim de que pudessem voltar-se mais para os serviços que se faziam necessários e urgentes na “Segunda”¹⁶.

Os trabalhos complementares que a Primeira Zona necessita tais como algumas estradas secundárias e construção de mais escolas, além da manutenção dos atuais encargos de saúde, educação e estradas, poderão ser entregues a outras entidades públicas, melhor indicadas para esse cometimento¹⁷.

Clodomiro Albuquerque acreditava que esta medida seria favorável aos colonos já estabelecidos na “Primeira Zona”, pois assim eles se tornariam proprietários efetivos dos lotes, acreditando ainda que eles conseguiriam mais facilmente créditos junto à “Carteira de Crédito Agrícola”, do Banco do Brasil. Sua ideia era concentrar recursos na “Segunda Zona”, que tinha “seu desenvolvimento retardado, *até mesmo no que diz respeito ao loteamento*, ponto básico dos nossos planos de trabalho”¹⁸.

Em outro ofício, de abril 1955, o mesmo administrador relacionava algumas medidas urgentes a serem tomadas com respeito às terras e aos colonos da “Segunda Zona”, dentre as quais estava: localizar os colonos nos lotes cortados de acordo com as marcações; orientar o trabalho dos topógrafos; e atualizar o cadastro desses colonos¹⁹. Além disso, outro problema grave, que a Colônia já parecia ter pelo menos desde a década de 1940, era o sanitário, chegando o Administrador Clodomiro de Albuquerque, em 1953, a reclamar da existência de “um hospital maltratado, onde se acotovelam 80 e até 100 doentes diariamente”. Apelando

¹⁶ Ofício 734, do Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, ao presidente do INIC, de 13/ago/1954.

¹⁷ Id. Ibid..

¹⁸ Ofício 352, do Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, ao diretor do DTC, 11/dez/1953.

¹⁹ Idem, grifos meus.

por aumento de verbas, Albuquerque diz ainda que “[...] as administrações ficam paradas, comovidas e impotentes, a dar-lhes razão sem meios de atender-lhes os apelos, sem recursos, olhando as cifras dos seus saldos que mínguam e desaparecem muito antes dos fins de ano”²⁰.

Em relação ao povoamento da região, vale dizer que, na área da colônia, surgiram os municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis, Douradina, Vicentina, distritos como Nova Esperança, e vilas como São Pedro e Vargas – estas últimas pertencentes ao atual município de Dourados. O caso de Fátima do Sul é especial, pois se formou inicialmente no lado esquerdo do rio Dourados, denominada à época Vila Brasil, na “Primeira Zona”, sendo que “posteriormente este povoado foi crescendo e aí sim os colonos teriam invadido a margem direita”, ultrapassando o rio e ocupando a “Segunda Zona” (NAGLIS, 2007, p. 66).

Suzana Naglis, analisando documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), diz que não existe documentação referindo-se à emancipação da “Primeira Zona”, ao contrário da “Segunda Zona”, que tem sua emancipação oficialmente em 1959²¹. Essa é uma questão complicada, pois tal emancipação, ao que parece, levou tempo para se efetivar na prática, tendo em vista que alguns depoimentos dão conta da chegada de colonos no fim de década de 1950 e inícios da década seguinte, exemplo do senhor Manuel Valêncio Gomes Filho “Sué”, nascido em Pernambuco, em 1937, que teria migrado para a região de Vila Jateí exatamente em 1959, quando grande parte da “Segunda Zona” nem havia tido seus lotes demarcados²². Além disso, quando o Território Federal de Ponta Porã foi extinto em 1946, as terras onde se encontrava a Colônia voltaram ao domínio do estado, que a manteve com o nome de “Núcleo Colonial de Dourados” (NCD) (MAZZINI; XAVIER, 1993). Anos depois elas são então doadas pelo mesmo ao Governo Federal, representado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), subordinado ao Ministério da Agricultura.

Por fim, segundo pude perceber dos documentos oficiais do INIC/CAND, continua aparecendo, pelo menos até 1960, “Colônia Agrícola Nacional de Dourados”. Na mesma década de 1960 é que a CAND começa a aparecer com a denominação “Núcleo Colonial de Dourados”, como nos mostra, por exemplo, um ofício sem número de Wicar Góis de Teixeira,

²⁰ *Ofício* do Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, ao diretor do DTC, abr/1954.

²¹ *Idem*, p. 40.

²² Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011.

Chefe do Departamento de Colonização do INIC, a Tácito Pace, Administrador do Núcleo Colonial de Dourados (NCD), de junho de 1960²³.

Considerações Finais

Bom, chegando aos pontos finais, deixando em aberto muitas questões referentes à colonização na região sul de Mato Grosso no século XX, nós atentaremos agora para o fato interessante de que muitos estudiosos terem esquecido que a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) se insere no contexto de vários mandatos presidenciais e estaduais - quando falamos de Colônias Federais a ideia que nos vem é que fora obra exclusiva de Getúlio Vargas (NAGLIS, 2007).

Sendo assim, podemos ver que de 1943 a 1965 o estado de Mato Grosso e, conseqüentemente, a CAND, passou por sete governados estaduais, sendo alguns deles interventores, como o caso já mencionado de Júlio Muller (1937-1945), nomeado pelo próprio Getúlio Vargas e que, como nós vimos, lhe imporia empecilhos quando da criação da Colônia. No Governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, foram nomeados dois interventores que governaram por períodos reduzidos. Depois, como governadores do estado de Mato Grosso, temos, na ordem, Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950), Fernando Correa da Costa (1951-1955), João Ponce Arruda (1956-1961) e novamente Fernando Correa da Costa (1961-1966).

Comumente é entendido que a CAND foi somente um projeto do Estado Novo, uma criação de Getúlio Vargas, quando na verdade perpassou por vários governos de diferentes presidentes brasileiros. Assim, a Colônia teria sido concebida no Estado Novo de Vargas, efetivamente implantada no governo Dutra (1945-1950), continuada por Vargas em seu mandato eletivo (1951-1954). Depois temos ainda Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Jânio Quadros (este de janeiro a agosto de 1961), seguindo até meados dessa década de 1960, com João Goulart (1961-1964).

Traçando uma breve trajetória da CAND e dos órgãos que a cercaram, podemos dizer ainda que, já na década de 1950, especificamente em 1954, através da Lei 2.163, de 5 de janeiro, as CANs, incluindo a de Dourados, que antes eram controladas pelo Departamento de

²³ *Ofício s/n*, de Wicar Góis de Teixeira, Chefe do Departamento de Colonização do INIC, a Tácito Pace, Administrador do NCD, jun/1960.

Terras e Colonização (DTC) passaram a fazer parte do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), uma autarquia federal, com sede no Distrito Federal.

O mesmo INIC passaria por uma reformulação em 1962, quando é criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), através do Decreto-Lei 1.878, de 13 de dezembro. Dois anos depois é criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) pela Lei 4.504 (Estatuto da Terra e outras medidas), de 30 de novembro de 1964, que emancipa o Núcleo Colonial de Dourados através da Deliberação 1.494, de 26 de agosto de 1968. Por fim, depois desse período ocorrem novas transformações nas características e jurisdições da Colônia, que, no entanto, ainda precisam ser melhor estudadas.

De qualquer forma, podemos dizer que na década de 1970, em meio a Ditadura Militar brasileira, muitos municípios já se encontravam emancipados quando passaram em 1977 a compor a parte que se separara do Mato Grosso para formar o novo estado de Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro, criação do presidente Ernesto Geisel através da Lei Complementar 31. Os deputados eleitos pelo novo estado tomariam posse em 1º de janeiro de 1979, e o primeiro governador sul-mato-grossense, o engenheiro gaúcho Harry Amorim Costa, é nomeado pelo presidente Geisel.

Referências Bibliográficas

- ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Laranjeira*. Londrina: Ed.UEL, 1997.
- CAPILÉ JÚNIOR, João Augusto; CAPILÉ, Júlio; SOUZA, Maria de Lourdes da Cruz e. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: [s.n.], 1995.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925.
- GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados, 1988.
- GUILLEN, Isabel C. M. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso, 1890-1945)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958. v. 35 [Mato Grosso].
- INAGAKI, Edna Mitsue. *Dourádossu: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados/MS.

LAMOSO, Lisandra Pereira. *A ocupação da Amazônia mato-grossense – o caso de Jauru-MT*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Unesp, Assis/SP.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 6, n. 12, p. 47-64, 1986.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MAZZINI, Adilvo; XAVIER, Cláudio. *50 anos da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados*. Dourados/MS: Funced, 1993. [Datilografado].

NAGLIS, Suzana G. Batista. "Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto": os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943-1960). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In LAMOSO, Lisandra P. (org). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2008.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In LAMOSO, Lisandra P. (org). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2008.

ARTIGO RECEBIDO EM: 25/08/2014
ARTIGO APROVADO EM: 28/09/2014